

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR INÁCIO MAGALHÃES
FILHO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Processo: 5324/2018-e

MÁRCIO AUGUSTO ROMA BUZAR, devidamente qualificado nos autos do processo, em epígrafe, vem, por sua advogada, apresentar suas

RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

em face das supostas falhas indicadas na Matriz de Responsabilização (peça 298), Informação nº 12/2022-DIAPREX/SEMAG (peça 299) e Decisão nº 296/2022 (peça 305), pelas razões de fato e direito adiante delineadas:

I - DA SÍNTESE

Cuida-se de Tomada de Contas instaurada em razão do desabamento do viaduto situado sobre a DF 002, Galeria dos Estados, Eixo Rodoviário Sul, Setor Comercial Sul, ocorrido em 06/02/2018 tendo sua gênese em formulação apresentada pela Ex-Deputada Distrital Celina Leão (peça 1) e representação do Ministério Público de Contas do DF (peça 20).

O Peticionante foi trazido ao rol de responsável, por meio da Informação nº 12/2022-DIAPREX/SEMAG (peça 299), em 21 de julho de 2022,

que utilizou, como base à responsabilização, informações dos presentes autos, bem como, dados do Inquérito Policial (peça 296).

A matriz de responsabilização imputou a seguinte conduta e nexo de causalidade:

Conduta: **Deixar de dar continuidade, no período de 11.11.2015 a 06.02.2018, aos procedimentos licitatórios iniciados no Processo nº 112-002.415/2014 para execução da obra de recuperação do viaduto sobre a Galeria dos Estados, atuando decisivamente para que as obras não ocorressem a tempo de impedir o colapso do viaduto, o que configura omissão culposa por negligência no desempenho das competências legais atribuídas ao Diretor de Edificações**, consoante art. 30 do Estatuto Social da Novacap (2015) c.c o disposto no item 1 da Ata da 2.435ª (Segunda Milésima Quadrigentésima Trigésima Quinta) Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Novacap (DODF de 10.11.2015, pág. 6) cc art. 32 do Estatuto Social (2015) e arts. 15 e 111 do Regimento Interno da Novacap (2012)..(Grifo nosso)

Nexo de causalidade: Caso o gestor tivesse concluído tempestivamente o processo licitatório para a execução das obras no viaduto, a reforma teria sido realizada em momento apropriado, antes que a estrutura do viaduto fosse afetada a tão elevado nível de deterioração a ponto de desmoronar.

É a síntese.

II - DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL ENSEJADORA DO DANO

Antes da análise da conduta do Peticionante, necessário se faz destacar os equívocos na condução do Inquérito Policial e responsabilização de

condutas no curso da presente Tomada de contas, o que, à toda evidência, indica ausência de justa causa a atrair o peticionante à suposta responsabilidade civil pelo dano havido.

Cumpre destacar que o nome do Peticionante só foi trazido aos autos por meio da Informação nº 12/2022-DIAPREX/SEMAG, em 21.07.2022 (peça 296) e diga-se, após, a responsabilização recair sobre o Governador do Distrito Federal, Sr. Rodrigo Rollemberg, e do Diretor Geral do DER, Sr. Henrique Ludovice (Peça2).

Essa realidade relevante é observada no fato de que a representação foi recebida em 16.02.2016 (peça 4), sendo que, na decisão nº 457/2018 (peça 8) o Relator determina a citação do então Governador do Distrito Federal, do DER e da Novacap.

Na Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal (peça 20, p.8-9), o Procurador, na tentativa de delimitar o tempo de apuração das condutas que resultaram do dano experimentado, em 22 de fevereiro de 2018, assim afirmou:

“Todos os gestores que estiveram à frente dos órgãos do DF, desde o ano de 2009, foram devidamente alertados, não só pelo Tribunal de Contas, mas por diversos outros órgãos, tal qual já delineado. E, mesmo assim, nada foi feito. A ocorrência do dano, também, é fato incontroverso, a despeito de não se ter ainda sua completa dimensão, seja com relação a quantidade de recursos públicos que deverá ser empregada, seja no tocante aos sacrifícios pelos quais a população será submetida. Portanto, deve ser compensado, na medida em que integram o patrimônio estatal.

Assim, não há dúvidas de que incumbe ao Tribunal de Contas, nos termos do art. 71, II, da Constituição Federal, julgar as medidas reparatórias do dano decorrentes de condutas praticadas por pessoas sujeitas à sua especializada jurisdição, além das decorrentes medidas sancionadoras.

O julgamento da conduta de todos aqueles que, dando causa a perda, extravio ou outra irregularidade, provoquem danos ao Estado é decorrência da competência atribuída pela Constituição aos Tribunais de Contas, sob efeito imediato do princípio republicano e de seu consectário, o princípio da responsabilidade; posto que não há República sem responsabilidade politicamente exigível e juridicamente controlável pelos cidadãos², que, nesse sentido, têm nos Tribunais de Contas instituições especialmente arquitetadas pela própria Constituição para, na cura da legalidade, eficiência e moralidade, dentre outras missões, concretizar a integral recomposição dos prejuízos causados à Administração e ao Estado³.

Desse modo, aqueles que administram a coisa pública devem responder por seus atos, sejam comissivos ou omissivos e por suas consequências⁴, na exata dimensão das sequelas resultantes.

Portanto, o Tribunal, dentro da sua missão fiscalizadora, deve examinar de forma acurada as questões postas nesta Representação, de modo a apurar as responsabilidades dos gestores dos diversos entes/órgãos distritais pelo desabamento do viaduto da Galeria dos Estados, ocorrido em 6/2/2018. (Grifo nosso)

Em primeira análise, verifica-se que a delimitação de responsabilidade nos presentes autos, está equivocada, isso porque, o marco inicial e final da responsabilização não representam os reais responsáveis, pelo menos, não à luz da representação formulada pelo Ministério Público, isso porque, a própria informação nº 20/2021 (peça 255, p.10) afirma que a falta de manutenção do viaduto é de longa data, nesse caso, entendemos, que desde a sua construção, é o que se infere da análise processual, vejamos:

52. Quanto ao corte temporal – **25.06.2014 à 06.02.2018** – estabelecido para a definição de responsabilidades, **embora o problema de falta de manutenção da obra de arte venha de longa data**, entendeu-se que o processo licitatório para reforma do viaduto tornou-se elemento fundamental no contexto, **pois o “engavetamento” caracterizou omissão no dever de agir**. Por isso, adotou-se como marco inicial o dia da autuação do Processo GDF nº 112-002.415/2014. Por óbvio, para a data final foi definido o dia do desabamento.

Especificamente em relação ao processo nº 112-002.415/2014 que teve por nascedouro a Diretoria de Obras Especiais, com protocolo em 25/06/2014, ou seja, antes da nomeação do Peticionante ao cargo de Diretor de Edificações.

Sendo fato que, a Diretoria de Obras e a Diretoria de Edificações compunham setores diferentes, com competências diferentes.

Em 2014 o processo mencionado teve por nascedouro a Diretoria de Obras Especiais, nesse sentido, o parecer do MPTCDF (peça 299) foi equivocado, senão vejamos:

30. Veja-se que a Novacap, sob a batuta do Sr. Márcio Augusto Roma Buzar, chegou a autuar processo interno com o escopo de reformar o viaduto da Galeria dos Estados, mas nada além disso foi feito para evitar o trágico desabamento.

O processo não foi autuado pela Diretoria de Edificações e, nessa linha de raciocínio e com base no trâmite processual, há que se considerar que em 2014 o processo em questão jamais tramitou ao Diretor de Edificações especificamente, conforme abaixo:

ASSUNTO:

PROCESSO: 112.002.415/2014 DATA: 25/06/2014
INTER: DIRETORIA DE OBRAS ESPECIAIS
EXECUÇÃO DE SERVIÇO
MEMO: 043/2014 – GETEC/DOE REFORMA DA
GALERIA DOS ESTADOS, CONTEMPLANDO
REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA
E RECUPERAÇÃO DOS VIADUTOS.
DESTINO: NOVACAP/GETEC/DOE DATA 25/06/2014



Consulta Pública de Processos - SICOP

Resultado da Consulta realizada em 14/04/2023 11:55:39

Processo	0112-002415/2014	
Interessado	DIRETORIA DE OBRAS ESPECIAIS	
Assunto	EXECUCAO SERVICO	
Assunto Secundário	MEMORANDO Nº 043/2014-GETEC/DOE-REFORMA DA GALERIA DOS ESTADOS, CONTEMPLANDO REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DOS VIADUTOS SOBRE OS EIXOS L, W E RODOVIÁRIO.	
Criação	25/06/2014	
Tramitações		
Unidade	Data	Observação
NOVACAP/PRES/SECRE	05/03/2018 12:03:37 1806 dias	POR SOLICITAÇÃO
NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEARQ	22/05/2017 15:39:17 287 dias	
NOVACAP/PRES/DE/DETEC	01/03/2018 08:45:00 447 dias	SOMENTE O 6º VOLUME EM ANDAMENTO.
NOVACAP/II/DOE	18/08/2014 20:39:00 581 dias	Para solicitar recursos financeiros para licitação da obra -
NOVACAP/II/NUORCA II	27/08/2014 10:14:00 52 dias	
NOVACAP/II/GETEC/DOE	25/08/2014 11:27:00 2 dias	
NOVACAP/PROTOCOLO	25/08/2014 11:20:00 0 dia	

Quando o processo tramitou ao setor da Diretoria de Edificações, em março de 2016, foi encaminhado diretamente para diretoria técnica, após encaminhado para o setor de arquitetura, **porém, nunca, tramitou ao Gabinete do Diretor de Edificações.**

A uma adequada análise da realidade da imputação é necessário estabelecer a competência regimental do Peticionante, à época dos fatos.

Observa-se que a atribuição funcional do cargo ocupado, à época, está prevista no artigo 30 do Regimento interno da Novacap:

Art. 30 – Compete ao Diretor de Edificações:

I – programar, coordenar e controlar a execução de projetos de construção civil deferidos à NOVACAP;

II – programar e controlar a execução de obras de edificação, conservação e reparo de edifícios, através de execução direta ou por intermédio de terceiros;

III – responder perante a Diretoria Colegiada, pela execução adequada e perfeita das competências de sua Diretoria;

IV – submeter à Diretoria Colegiada, pela execução adequada e perfeita das competências de sua Diretoria;

V – autorizar, de acordo com as normas da Empresa, a realização de licitações para execução de obras e serviços relacionados com edificação e conservação de próprios do poder público;

VI – adotar quaisquer outras providências que se tornarem necessárias à direção, à coordenação e ao controle de atividades de sua Diretoria que por sua natureza e características não se incluam no âmbito das competências dos demais órgãos da administração da Companhia.

Oportuno, desde já, chamar a atenção ao fato de que o projeto de Execução, devidamente contratado e que seria a gênese de um procedimento licitatório para a contratação da Execução indicada no Projeto, só poderia ser o início de um processo licitatório se existisse um convênio entre o DER e a NOVACAP, diga-se, o que não existiu.

Apesar do nome *juris* dado ao **Processo nº 112-002.415/2014 como se fosse processo de Licitação, em verdade, nele só existia a agregação do Projeto de Execução que seria objeto de Licitação, APÓS A**

CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE DER E NOVACAP, o que explica a ausência de tramitação do feito, pois, inexistente nos autos do aludido processo, qualquer convênio que autorizasse a Licitação do Projeto de Execução posto naquele processo que, apesar do nome juris, não aperfeiçoou o processo licitatório.

Ainda, porque, relevante, chamar atenção ao fato de que, tivesse havido o regular procedimento licitatório, com o regular convênio, não transferiria ao Licitante a obrigação de CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIADUTO OU IDENTIFICAÇÃO INSTANTÂNEA E CONTEMPORÂNEA DA SITUAÇÃO DO VIADUTO, posto serem competências distintas que não se comunicavam.

DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA IMPUTADA AO PETICIONANTE

Da imputação posta contra o Peticionante a atraí-lo à matriz de responsabilidade ou à cadeia causal da queda do viaduto:

“Conduta: **Deixar de dar continuidade, no período de 11.11.2015 a 06.02.2018, aos procedimentos licitatórios iniciados no Processo nº 112-002.415/2014 para execução da obra de recuperação do viaduto sobre a Galeria dos Estados, atuando decisivamente para que as obras não ocorressem a tempo de impedir o colapso do viaduto, o que configura omissão culposa por negligência no desempenho das competências legais atribuídas ao Diretor de Edificações**, consoante art. 30 do Estatuto Social da Novacap (2015) c.c o disposto no item 1 da Ata da 2.435ª (Segunda Milésima Quadrigentésima Trigésima Quinta) Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Novacap (DODF de 10.11.2015, pág. 6) cc art. 32 do Estatuto Social (2015) e arts. 15 e 111 do Regimento Interno da Novacap (2012)..(Grifo nosso)

Nexo de causalidade: Caso o gestor tivesse concluído tempestivamente o processo licitatório para a execução das obras no viaduto, a reforma teria sido realizada em momento apropriado, **antes que a estrutura do viaduto fosse afetada a tão elevado nível de deterioração a ponto de desmoronar."**

A acusação é de que, no período do **07.01.2015 a 06/02/2018**, **o Peticionante teria deixado de dar continuidade ao processo 112.002.415/2014, e, a equivocada vinculação dessa imputação como nexo de causalidade objetiva com a queda do viaduto.**

De logo, para melhor compressão do equívoco na imputação, verifica-se que em **07 de janeiro de 2015**, 03 anos antes do desabamento, o processo GDF nº 112-002.415/2014 já existia.

Na forma posta na matriz acusatória, primeiramente: asseverou que o Peticionante seria responsável pelo Processo de Licitação Processo GDF nº 112-002.415/2014.

Depois que, nesse Processo Licitatório, o mesmo, **desde 07 de janeiro de 2015**, segundo a matriz acusatória, o Peticionante, 03 anos antes do desabamento, teria o dever de previsibilidade de sua queda e que, ao não concluir o processo licitatório, ou não impulsioná-lo ou acelerá-lo, teria ou deveria ter, segundo a matriz acusatória, a previsibilidade de que, em razão de sua saída, os que o substituiriam, o DER , o Governo do Distrito Federal, nos dois anos subsequentes, não fariam licitação, não contratariam a obra e, **tinha, ainda que, na época em que saiu, saber que o viaduto estaria na iminência ou com probabilidade de queda, o que, objetivamente, soa estranho, pois fosse tão evidente, não esperaria dois anos para cair, daí chamar o suposta omissão em não agilizar procedimento licitatório, como causa ou concausa da queda do viaduto ser, no mínimo, uma impropriedade, mais ainda, porque não lhe era exigível ter o controle cotidiano das condições funcionais e estruturais do viaduto, posto ser competência exclusiva do DER.**

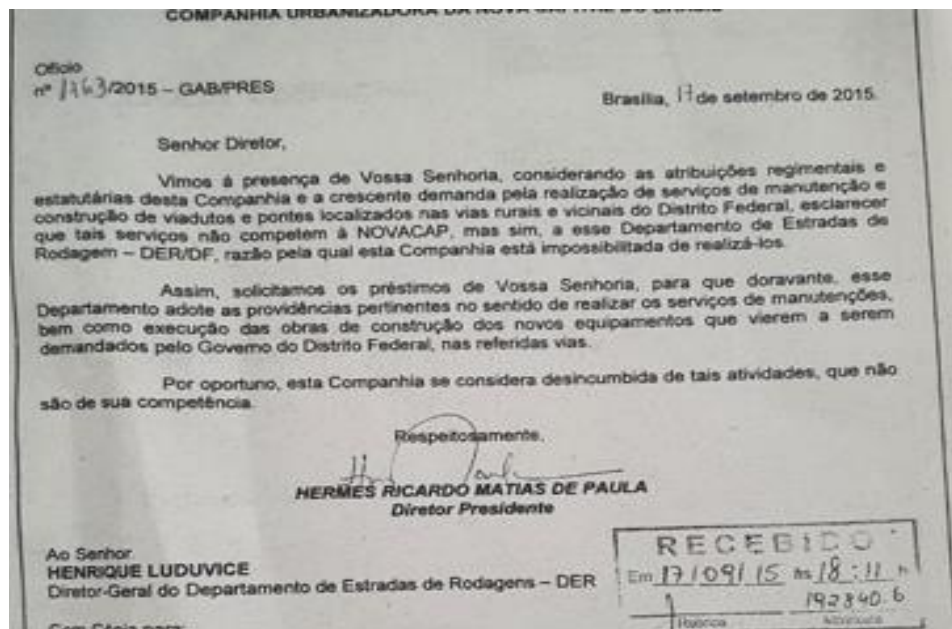
Não se pode olvidar, ainda, da realidade de que, independentemente de Licitação ou Contratação, até a sua realização, o controle das condições funcionais e estruturais do viaduto, que poderiam subsidiar o procedimento e seu andamento, inclusive a sua agilização, ou contemporaneidade entre andamento procedimental licitatório e a condição real, **não eram responsabilidade, nem dever, dos servidores da NOVACAP**, eis que, quando da elaboração do Projeto de Execução e, posterior processo de licitação que, repetimos, só seria possível com a existência de contrato ou convênio nesse sentido, entre DER e NOVACAP, o dever de manutenção e cuidado, era e é exclusivo do DER, não podendo transcender essa responsabilidade no tempo ou no espaço e, menos, ainda, transferi-lo a quem não tinha essa competência, só se existisse obrigatoriedade da manutenção e controle cotidiano da manutenção do viaduto pela NOVACAP, mas isso não lhe era oponível, por isso mesmo, inexigível e, como corolário, por isso, não adentraria no campo de previsibilidade, reclamando à imputação de um juízo de culpa.

Noutro giro, cumpre esclarecer, que a decisão nº 86/2005 do Tribunal de Contas recomendou a adoção de medidas específicas para licitações no âmbito na Novacap, senão vejamos:

“II – comunicar ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo, ao ilustríssimo Senhor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, bem como aos demais dirigentes de órgãos e entidades do Distrito Federal, que, como condição prévia para contratação da NOVACAP com esteio no inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, para elaborar licitações e fiscalizar a realização de objetos de contratos ou para executar diretamente obras e serviços, **deverão elaborar projeto básico definindo claramente e criteriosamente o objeto da contratação; apresentar planilhas contendo a discriminação detalhada dos custos unitários dos serviços a serem prestados e justificar fundamentadamente o preço, de**

modo que fique assegurado o exato cumprimento do disposto no inciso I, § 2º, incisos I e II, e no § 9º do art. 7º e no inciso III do parágrafo único do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93”.

Isso posto, em 17 de setembro de 2015, o então Presidente da Novacap expediu o ofício nº 1763/2015, tendo como destinatário o DER informando que a obrigação de manutenção e construção de viadutos em vias rurais e vicinais do Distrito Federal são de responsabilidade do DER, conforme abaixo demonstrado:



A informação (peça 299) traz sobre o Peticionante, as seguintes considerações, quais sejam:

173. Em outras palavras, a omissão configura-se pela negligência no exercício de suas competências legais ao deixarem de dar prosseguimento ao Processo GDF nº 112-002.415/2014, no qual foram iniciados os procedimentos licitatórios para execução da obra de recuperação do viaduto, após a entrega dos projetos contratados no âmbito do Convênio nº 138/2011.

174. Ressalte-se que referido processo permaneceu nessa Diretoria ou nos setores a ela vinculados desde que foi protocolizado, em 25.06.2014, até 01.03.2016⁷⁷, quando foi tramitado para a Diretoria de Edificações, que recepcionou as atribuições da DOE após sua extinção⁷⁸.

175. Cumpre lembrar o posicionamento externado por esta unidade técnica quanto à Sra. Maruska Holanda, também ex-Diretora da DOE, no sentido de que não deve ser chamada aos autos, posto que permaneceu no cargo de Diretora de Obras Especiais apenas treze dias após a abertura do processo, tempo considerado insuficiente para caracterizar a mora⁷⁹.

176. No que tange à Diretoria de Edificações (DE), as conclusões da PCDF e desta unidade se harmonizam: apontou-se como responsável apenas o Sr. Márcio Augusto Roma Buzar.

177. Sobre essa Diretoria, ressaltou-se que incorporou as atribuições da DOE a partir de 10.11.2015, portanto, a omissão decorre da mesma razão: morosidade na condução do Processo nº 112.002.415/2014, que tratava da licitação para a obra de reforma do viaduto. O referido Processo ficou inerte na Diretoria de Edificações até a queda do viaduto, em 06.02.2018.

178. Aqui cabe mais um registro: como a mudança na estrutura administrativa da Novacap se deu no decorrer do lapso temporal delimitado para a responsabilização, há de se repartir a responsabilização entre a DOE e a DE, observando que no período de 25.06.2014 (marco inicial da responsabilização) até 09.11.2015 a competência pelo andamento do processo recaía sobre a DOE, e de 10.11.2015 (publicação no DODF da extinção da DOE) a 06.02.2018 (queda do viaduto) recaía sobre a DE. Assim, deixa-se de incluir na análise o nome do Sr. Daclimar Azevedo de Castro,

Diretor de Edificações de 07.03.2012 a 06.01.2015, uma vez que nesse período a incumbência era da DOE. Cabe esclarecer que, no âmbito da PCDF, concluiu-se que inexistiam elementos nos autos indicando sua participação no evento (peça 296, pág. 786).

179. Dessa forma, o ex-Diretor de Obras Especiais, Sr. Luiz Rogério Pinto Gonçalves, e o Diretor de Edificações, Sr. Márcio Augusto Roma Buzar, devem constar na Matriz de Responsabilização. O primeiro, como titular da Diretoria de Obras Especiais – DOE e, depois de extinta essa, o segundo, como titular da DE, eram os responsáveis pela condução do Processo GDF nº 112-002.415/2014 referente à execução das obras de reforma do viaduto, cujos autos restaram inertes por longa data, até o colapso do viaduto.

Acontece que, mesmo com a recepção de atribuições por parte da DOE, ao Peticionante jamais foi tramitado o processo.

Além disso, em 29 de maio de 2017, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio da Decisão nº 2109/2017, fez recomendações expressas quanto as contratações no âmbito da Novacap, quais sejam:

IV – reiterar as determinações e recomendações emitidas na Decisão n.º 86/2005, comunicando ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo, ao ilustríssimo Senhor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, e aos demais dirigentes de órgãos e entidades do Distrito Federal, que: a) como **condição prévia para contratação da NOVACAP**, com esteio no inciso VIII do art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, para elaborar licitações e fiscalizar a realização de objetos de contratos ou para executar diretamente obras e serviços, os órgãos e entidades do

Distrito Federal interessados na contratação deverão **apresentar projeto básico competente, definindo clara e criteriosamente o objeto da contratação, além de apresentar planilhas contendo discriminação detalhada dos custos unitários dos serviços a serem prestados e justificar, de forma fundamentada, a vantajosidade da contratação direta da Companhia e a compatibilidade do preço frente a prática de mercado, de modo que fique assegurado o exato cumprimento do disposto no inciso I, § 2º, incisos I e II, e no § 9º do art. 7º e no inciso III do parágrafo único do art. 26, todos da Lei n.º 8.666/1993**; b) somente deverão ser efetuados pagamentos por serviços efetivamente executados e comprovados, os quais devem estar devidamente especificados, quantitativa e qualitativamente, não sendo admissível, sob qualquer pretexto, o pagamento de valores calculados com base em percentuais incidentes sobre o custo total da obra ou do serviço (taxa de administração), uma vez que tal metodologia representa flagrante ofensa a legislação vigente e ao disposto no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal; V – firmar entendimento de que: a) a celebração de convênio entre a Novacap e os órgãos e entidades do Distrito Federal não deve estipular a cobrança de taxa de administração ou qualquer outra forma de remuneração, pois a figura jurídica utilizada para celebração do convênio não se coaduna com a remuneração em forma de contraprestação, tendo em vista a reciprocidade de interesses envolvidos; b) não cabe à Novacap subcontratar a execução dos serviços nos casos em que foi contratada por dispensa de licitação, haja vista que sua atuação caracterizaria uma mera intermediação na prestação dos serviços, ocasionando o desnecessário pagamento de valores, correspondente à diferença entre o montante despendido pela Administração e aquele auferido

pela subcontratada, efetiva executora dos serviços; VI – autorizar: a) o envio de cópia da Informação nº 25/2016 – NFO, do relatório/voto do Revisor, Conselheiro PAULO TADEU à Novacap e à Sinesp; b) o retorno dos autos à SEACOMP para fins de arquivamento. Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.

Sendo assim o processo 112.002.415/2014 não preenche nenhum dos requisitos recomendados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, desde o seu nascimento.

IV - DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer sejam consideradas as razões acima expostas para declarar a ausência de responsabilidade civil/administrativa do Peticionante, eis que, não possuía nenhuma relação funcional, direta ou indireta pela manutenção ou dever de cuidado com o bem viaduto desabado, não portando qualquer atributo de garante do mesmo, pois como exaustivamente demonstrado, era próprio do DER, inexistindo por isso, qualquer nexo de causalidade objetivo ou subjetivo que o atraia ao evento imputado, sendo a absolvição do mesmo e o arquivamento do feito a melhor e justa medida.

Brasília, 17 de abril de 2023.

IRACEMA NASCIMENTO DA SILVA
OAB/DF 25.876